

O MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO NORTE E A SITUAÇÃO DO SEGMENTO JUVENIL

Ana Patrícia Dias Sales
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
anapaticia_dias@yahoo.com.br

Erociano Vitor Freitas Moraes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
erocianovitor@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho busca entender a situação da juventude no mercado de trabalho no estado do Rio Grande do Norte – RN, para isso foram colhidos dados da Relação Anual de Informação Social – RAIS, dados esses que estavam sobre a tutela do extinto ministério do trabalho, atualmente secretaria do trabalho, foram extraídos os dados do final do governo Lula, 2009 e do início da recuperação econômica, 2017. Além dos dados da RAIS, foram entrevistados jovens de 25 a 29 anos, para se dar uma dimensão mais qualitativa para a pesquisa. Desses dados pode-se constatar que o jovem no RN vive de empregos completamente precarizados e mesmo no final da juventude, muitos ainda dependem da família ou amigos para sobreviver.

Palavras-chave: Juventude, Precarização, Mercado de Trabalho.

GT 4 - Economia urbana, trabalho, comércio e consumo

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos de 1970, acompanha-se um contínuo processo de reestruturação do capital com impactos no mundo do trabalho e alcance nos Países Periféricos, na América Latina, assim como no Brasil.

Esse movimento fez emergir uma pluralidade de modelos “atípicos” de contratações com forte conteúdo de precariedade, que se distanciaram cada vez mais dos vínculos empregatícios que tinham como padrão de referência o contrato por tempo indeterminado e benefícios sociais protegidos por lei, característico da era fordista.

Especificamente no Brasil, esses “atípicos contratos” multiplicaram-se ainda mais a partir da recente aprovação da Lei nº. 13.467/17 (Reforma Trabalhista), que institucionalizou não somente a terceirização das atividades-fins, como também outras modalidades de contratações, a exemplo da pejetização, do trabalho intermitente, do teletrabalho e do trabalho autônomo com exclusividade, deixando o mercado de trabalho ainda mais flexível.

É nesse contexto de mudanças expressivas no padrão de regulação do trabalho no Brasil que se inscreve este estudo. O propósito é apresentar o panorama do mercado de trabalho do Rio Grande do Norte (RN) e, em particular, da capital Natal, bem como a posição do segmento juvenil, na faixa etária entre 25 a 29 anos, na estrutura ocupacional, com destaque para o tipo de vínculo empregatício a que esses sujeitos estão submetidos e para a remuneração, a fim de aferir a qualidade do emprego.

A análise tem como período referencial os anos de 2009 e 2017, dois momentos distintos da situação econômica do País, e se embasa nos dados secundários oriundos da base de dados do Ministério do Trabalho, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e em dados primários recolhidos por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com jovens trabalhadores da cidade do Natal. Desse modo, a reflexão se inicia com uma breve análise da recente configuração do mercado de trabalho no Brasil, seguida das configurações do Estado do Rio Grande do Norte e da cidade do Natal.

2. A CONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Desde os primórdios do capitalismo, a correlação entre as forças do mercado no que tange ao comércio, ao movimento de capitais e à força de trabalho não se processou de forma homogênea entre as nações.

Esse movimento que ganha azo com o contínuo processo de reestruturação do capital a partir dos anos de 1970, foi engendrando uma geografia internacional fracionada, fragmentada, desigual e contraditória no que concerne ao nível de desenvolvimento entre as nações, à produção de riquezas, à polarização entre os trabalhadores e à geração de postos de trabalho.

No espaço social, as novas experiências advindas com o processo de reestruturação do capital na transição do século XX para o XXI assumiu formas avessas ao período fordista. Harvey (1996) em uma análise da transição intitulou essa fase do capital de “acumulação flexível”. Essa etapa se respalda na flexibilização e envolve o mundo do trabalho, os mercados de trabalho, os produtos e os padrões de consumo.

Para Harvey (1996), a “acumulação flexível” envolve não somente o movimento que imprime a “compressão do espaço-tempo”, como também o estreitamento dos horizontes temporais das tomadas de decisões oportunizado pela comunicação via satélite, o encurtamento das distâncias geográficas e da mobilidade. Essas metamorfoses rebaterão profundamente no mercado de trabalho.

No caso do Brasil, a datar os anos de 1980, aconteceram mudanças que vêm impactando e complexificando o heterogêneo mercado de trabalho. As empresas se reestruturaram e, com efeito, adotaram um novo padrão de organização da produção, novas tecnologias das informações, novos métodos de trabalho e contratos de trabalho flexíveis.

Decorrente desse processo, assistiu-se, no País, à retração do emprego formal e industrial; à adoção de formas de gestão flexíveis pelas empresas, destacando-se a terceirização; à ampliação do setor de serviços; as ocupações atípicas ganharam proeminência no mercado de trabalho, assim como a precarização do emprego, o subemprego e o desemprego.

Especificamente no Brasil, país caracterizado por um capitalismo retardatário, o processo de reestruturação produtiva, como bem ressalta Reineck (1999), colocou em movimento distintas formas de contratação da força de trabalho, quais sejam: o trabalho em tempo parcial, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, a subcontratação ou a terceirização. Logo, o mercado de trabalho no País vai ser predominantemente caracterizado pelas formas “atípicas” de trabalho (VASSAPOLO, 2005).

No caso particular, é relevante destacar que a absorção da força de trabalho em atividades assalariadas e regulamentadas, no curso do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, comparando-a aos países desenvolvidos, traduz-se pequena, pois o mercado de trabalho moderno/industrial, além de crescer sem conseguir sorver a massa de trabalhadores oriundos das

relações de “produção tradicional”, também não conseguiu estabelecê-la na qualidade de trabalhadores assalariados, empurrando-os para situações de subemprego e para atividades integrantes do setor terciário da economia, de modo especial, as ocupações autônomas do comércio de mercadorias, os pequenos serviços de reparação, trabalhadores intermitentes, entre outros (KOWARICK, s/d).

Assim, a estrutura ocupacional que nasce e se desenvolve no Brasil se caracteriza, sobretudo, por diferenciadas formas de renda e ocupação. O subemprego, a informalidade e os baixos rendimentos formatam o mercado de trabalho brasileiro, dando sinais de uma composição de empregos que progride sob o signo da precarização do trabalho, principalmente em momentos de arrefecimento da economia.

A rigor, o mercado de trabalho no Brasil, embora apresente uma configuração própria de um país periférico, no qual o subemprego nasce e se desenvolve com o modelo de organização societal adotado no País na primeira década do século XXI, apresentou alterações relevantes não somente na estrutura ocupacional, bem como na qualidade dos empregos.

A partir de meados da década de 2000, essa estrutura se recompõe com base na adoção de uma nova política de regulação do trabalho, associada ao crescimento econômico e a certo distanciamento das políticas de cunho neoliberal. O mercado de trabalho, por sua vez, vai apresentando sinais de avanços no que diz respeito ao retrocesso nas taxas de desemprego, na redução da informalidade e na elevação das ocupações com carteira assinada.

Essa tendência se comprova a partir de uma série de indicadores que oferecem um panorama do comportamento econômico do País na primeira década do século em curso, como, por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e a geração de empregos com registros em carteira. Conforme dados do IBGE (2012), tomando como referência dois momentos distintos da primeira década do século XXI, ou seja, o período entre 2001 e 2003 e outro entre 2004 e 2008, se tem uma variação expressiva no que concerne ao crescimento do emprego formal, que evoluiu de 12,6% para 33,5% entre os períodos referenciados.

Em 2009, sob efeito da crise financeira que atingiu mais diretamente os países de capitalismo central, o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil apresentou forte queda, mas o mercado de trabalho prosseguiu gerando empregos, registrando, naquele ano, quase um milhão de novos postos com carteira assinada.

Conforme dados do IBGE (2014), entre os anos de 2003 a 2013, assistiu-se, no plano mais geral, ao crescimento das ocupações com registro em carteira, à queda na taxa de desemprego e à

redução da informalidade, o que imprimiu uma nova dinâmica ao mercado de trabalho e um novo reposicionamento dos trabalhadores na estrutura ocupacional do País.

Nessa direção, conforme Pochmann (2011), cabe destacar também a ocorrência de algumas pontuais regulações, a exemplo do trabalho doméstico, da Nova Lei de Estágio e a legislação para empreendedores individuais e micro e pequenas empresas. Esses avanços também se fizeram perceber no aumento real do salário mínimo.

É interessante salientar a situação do segmento juvenil nesse momento de expansão tanto na oferta de emprego quanto na regulação de alguns deles. Este momento favorável de geração de postos de trabalho e renda experienciado no País não alcançou índices satisfatórios da população jovem, que, em comparação com o segmento adulto, continuou majoritariamente desempregada e subempregada, como bem apontam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2011).

Aqui, refere-se mais precisamente aos jovens com baixa escolaridade e pertencentes a famílias de baixa renda. Tradicionalmente, a situação deste perfil populacional no que concerne à perspectiva de inserção no mercado de trabalho se reveste de certa complexidade, pesando sobre esse segmento tanto as condições de natureza objetiva quanto as de ordem subjetiva.

Na contramão daquele breve cenário dos bons indicadores econômicos, convive-se, na atualidade, com elevado índice de desemprego, acentuação da informalidade, desregulamentação do mercado de trabalho e com o crescimento de alternativas de sobrevivência, que marcam a era do Brasil ultraliberal.

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019) evidenciam que mais de treze milhões de trabalhadores passaram a amargar o desemprego, sendo a Região Nordeste do Brasil a mais atingida. No que concerne à juventude entre 14 a 29 anos, isso corresponde a mais de 7 milhões de desempregados.

Para aprofundar ainda mais esse quadro, foi aprovada a terceirização ampla, geral e irrestrita, bem como a Reforma Trabalhista que, certamente, ampliará ainda mais o subemprego, tendo em vista que institucionalizou a precarização do trabalho, colocando em situação de vulnerabilidade o lado mais frágil da eterna contradição entre capital e trabalho.

Nesse panorama, os jovens assumem o desafio de ingressar num mercado de trabalho restrito, exigente, complexo e cada vez mais heterogêneo. Parte deles pode passar por experiências de empregos não mais referenciadas no contrato de trabalho por tempo indeterminado e

respaldadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Eles tendem a sobreviver de bicos, de *freelances*, do trabalho por hora, por produtividade, entre outros.

Nesse sentido, a seguir se tratará do panorama do mercado de trabalho no Rio Grande do Norte e a situação da juventude neste Estado.

2.1 O MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO NORTE E A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE

O ciclo de prosperidade econômica que se estendeu no Brasil no intervalo de 2004 a 2012, de modo geral, foi acompanhado por um relevante movimento do mercado de trabalho, com impactos satisfatórios sobre a qualidade do emprego, o aumento do trabalho formal, o assalariamento e a regulação do trabalho.

Na Região Nordeste, esse movimento também se fez verdadeiro. Ainda que essa região se caracterize no decurso do seu desenvolvimento por uma situação econômica desfavorável em comparação ao Centro-Sul e por lastimáveis indicadores sociais, o satisfatório desempenho da economia na primeira década do século em curso lhe possibilitou “um crescimento superior à média do Brasil tanto em termos de Produto Interno Bruto quanto em relação ao volume de empregos formais” (BARCELAR, 2008).

Trata-se de um mercado de trabalho que, no geral, é mais heterogêneo e caracterizado por baixos salários, embora existam polos distribuídos nos nove estados da Região com potencial capacidade de geração de emprego e renda, a exemplo da fruticultura, da agricultura de grãos, da indústria petroquímica e dos serviços. Particularmente o Rio Grande do Norte, que se apresenta como um Estado de desenvolvimento retardatário, economia frágil e sem tradição de desenvolvimento industrial. O turismo se coloca como a principal atividade econômica, seguida pela produção de petróleo em terra, da produção de sal e da produção da fruticultura, sendo o setor de serviços o forte da economia.

A sua capital, Natal, acomoda um panorama de desigualdades de renda e oportunidades de emprego bem complexo para os cidadãos potiguares. A cidade é cindida por quatro zonas administrativas, que recebem as seguintes denominações: Zona Norte, Zona Sul, Zona Leste e Zona Oeste, o que sinaliza certa segregação social a partir da variável renda no que diz respeito às famílias que habitam as distintas áreas da cidade.

Na verdade, neste Estado, o mercado de trabalho, que somatiza os problemas decorrentes de uma conjuntura de recessão e encolhimento do PIB pelo qual passa o País, assinala, nos últimos

anos, um crescimento nas ocupações de características mediana e inferior, manual e tradicional, demandado pelo crescimento e dinamismo do setor de serviços, que comumente se apresenta como a área de menor valor da força de trabalho (PESSOA; DIAS, 2015).

No Rio Grande do Norte, não somente se identifica a ampliação do subemprego e da informalidade, como também a elevação do desemprego. Segundo dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADContínua/2019), o Estado registra uma das maiores taxa de desemprego do País, com 475 mil pessoas sem trabalho.

Nesse cenário, o emprego formal também vem sofrendo impacto. No acumulado do primeiro semestre de 2019, foram fechados 5.468 postos de trabalho formais, significando o pior resultado registrado desde março de 2016, quando se fecharam 2.383 vagas no mês, seguido de uma redução de 569 postos de trabalho no ano de 2017 e menos 437 no ano de 2018. A rigor, o Estado vem seguindo uma tendência nacional e regional, que segue fechando postos de trabalho com registro em carteira (CAGED, 2019).

Dito isto, apresenta-se, a seguir, os dados quantitativos referentes ao Estado do Rio Grande do Norte e da cidade do Natal no tocante ao movimento da realidade do mercado formal de trabalho por setor de atividades, recortado em duas distintas conjunturas, a saber, os anos de 2009 e de 2017, respectivamente.

Tabela 1 – Dados sobre a distribuição de empregos por atividades no ano 2009

Setores de atividades econômicas	2009		Participação de Natal em relação ao RN
	Natal	RN	Natal/RN
Extrativa mineral	1.114	9.573	11,64
Indústria de transformação	26.666	68.260	39,07
Serviços industriais de utilidade pública	4.124	5.909	69,79
Construção civil	18.011	28.666	62,83
Comércio	50.810	93.190	54,52
Serviços	97.024	135.499	71,60
Administração pública	90.477	182.548	49,56

Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.111	15.112	7,35
TOTAL	289.337	538.757	53,70

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Projeto “A dinâmica sócio-ocupacional do mercado de trabalho na cidade do Natal”.

A partir dos dados apresentados, tem-se um quadro da situação do Rio Grande do Norte e do município do Natal, assim como da participação da capital em relação ao Estado no que concerne à distribuição dos empregos formais com relação aos setores de atividades. Veja-se que, no ano de 2009, a participação total de Natal com relação ao RN foi de 53,70% e o setor da economia com maior saldo de empregos foi o de serviços, correspondendo a 71,60% de todos os postos de trabalho formal existentes no RN. Já o setor com menor participação foi o das atividades como os de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, com 7,35%. Faz-se oportuno ressaltar que o setor de serviços foi o que mais empregou, com 97.024 postos de trabalho, e as atividades de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca apresentaram menos empregos, somando 1.111 vagas.

No RN em geral, observa-se também certo crescimento na quantidade de empregos, com 538.757 vagas no total, tendo destaque a administração pública com um aumento expressivo de 182.548, enquanto os serviços industriais de utilidade pública apresentaram a menor participação, com 5.909. Aqui, ressalta-se que, entre os anos de 2004 a 2010, se assistiu a certo crescimento dos concursos públicos para recomposição dos quadros da administração pública direta e indireta, refletindo o bom desempenho da economia e uma nova visão do papel do Estado, o que, em parte, justifica o aumento exponencial dos empregos na administração pública.

Contudo, esse cenário que se verificou no tocante à melhora do mercado de trabalho no Estado do RN como um todo, no decorrer da primeira década do século XXI, sofreu grande reversão quando não somente o Produto Interno Bruto (PIB) do País apresentou queda, como também a implementação de reformas neoliberais pautadas na desregulamentação das leis do trabalho e na flexibilidade dos contratos passou a ser adotada, configurando o “atípico” mercado de trabalho no Brasil.

Os efeitos dessas mudanças se fizeram sentir nos estados e municípios da federação. No RN e no município de Natal, o desdobramento desse cenário recessivo em que se encontra o País impactou diretamente no número de ocupações formais. Na tabela abaixo, apresenta-se o comportamento das ocupações no ano de 2017, quando o país passa a amargar um reduzido desenvolvimento econômico.

Tabela 2 – Dados sobre a distribuição dos empregos por atividades no ano de 2017

Setores de atividades econômicas	2017		Participação de Natal em relação ao RN
	Natal	RN	Natal/RN
Extrativa mineral	827	7.683	10,76
Indústria de transformação	19.611	56.897	34,47
Serviços industriais de utilidade pública	3.686	6.088	60,55
Construção civil	12.488	23.425	53,31
Comércio	51.847	114.049	45,46
Serviços	128.737	188.893	68,15
Administração pública	77.747	173.454	44,82
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	909	17.884	5,08
TOTAL	295.852	588.373	50,28

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração do Projeto “A dinâmica sócio-ocupacional do mercado de trabalho na cidade do Natal”.

Como mencionado anteriormente, o mercado de trabalho vai refletir a situação econômica que o País atravessa. Nessa perspectiva, no ano de 2017, no que diz respeito à distribuição dos empregos por atividades na cidade do Natal/RN, verifica-se que o setor de serviços contempla a maior quantidade de empregos, com 68,15% das ocupações, sendo que o de menor atuação foi o setor de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, com uma representação de 5,08% do total deles.

Em Natal, o crescimento absoluto do número de empregos foi insignificante, comparando o ano de 2017 com 2019. O município registrou 295.852 empregos no total dos diversos setores. O setor que gerou mais emprego foi o de serviços (128.737), e o setor com menor número, o de extrativa mineral, com 827 empregos. No RN, tem-se um total de 588.373 empregos, sendo o setor de serviços o que mais emprega, com 188.893, e o setor de serviços industriais de utilidade pública aquele com menor número de empregos – 6.088.

Esse cenário sinaliza a situação do RN em relação à qualidade dos empregos existentes, embora se trate de empregos com registro em carteira, que se traduzem como portadores de um conjunto de benefícios sociais, a exemplo do direito às férias, ao 13º salário, à remuneração, entre

outros. Como aponta Reineck (1999), o setor de serviços sempre se destacou como aquele capaz de absorver o maior contingente de trabalhadores e, comumente, caracteriza-se como o setor de baixos salários e elevada rotatividade.

Não obstante, como afirmam Lima e Lima (2017, p. 164), “dinamizar a economia potiguar é uma necessidade premente, frente aos desafios que se colocam nessa virada de século, que, por sua vez, exige inovação tecnológica e diversificação da economia para a constituição de outros espaços de ampliação no mercado de trabalho (...)”, capaz de sorver um maior contingente da classe trabalhadora e precisamente da força de trabalho juvenil.

Nessa situação específica, é oportuno chamar atenção para o fato de que, mesmo naquele momento de aceleração da economia pelo qual passou o País, período em que se identificou ganhos para o conjunto dos trabalhadores, traduzidos basicamente no aumento real do salário mínimo, na redução da informalidade, na diminuição do desemprego e nas ofertas de postos de trabalho com registro em carteira, o segmento juvenil parece não ter garantido uma melhor participação na estrutura ocupacional.

No caso, chama-se a atenção para a situação da juventude entre 25 a 29 anos e a sua participação nos setores de atividades da economia na realidade do RN e na cidade do NATAL no ano de 2009.

Tabela 3 – Distribuição dos jovens de 25 a 29 anos nas atividades no ano de 2009

Setores de atividades econômicas	2009		Participação de Natal em relação ao RN
	Natal	RN	Natal/RN
Extrativa mineral	137	1.755	7,81
Indústria de transformação	5.855	14.685	39,87
Serviços industriais de utilidade pública	460	657	70,02
Construção civil	3.300	5.302	62,24
Comércio	11.902	21.892	54,37
Serviços	18.748	26.437	70,92
Administração pública	5.804	16.443	35,30

Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	186	3.051	6,10
TOTAL	46.392	90.222	51,42

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração do Projeto “A dinâmica sócio-ocupacional do mercado de trabalho na cidade do Natal”.

A tabela acima oferece um panorama da situação da população jovem na distribuição das atividades econômicas no Estado do RN, assim como no município de Natal. Identifica-se que, no ano de 2009, a participação relativa total da faixa etária analisada no âmbito das ocupações na cidade do Natal, com relação ao Estado do RN, foi de 51,42%.

Em Natal, o setor em que os jovens obtiveram maior participação foi o dos serviços (70,92%) e o de menor participação foi o da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (6,10%). Nesta cidade, tem-se no geral um total de 46.392 postos de trabalho ocupados por jovens de faixa etária entre 25 a 29 anos, sendo o setor de serviços o que mais empregou, com 18.748, e o setor de extrativa mineral com a menor oferta de empregos (137).

Em se tratando do RN, a quantidade total de empregos registrados foi de 90.222, sendo o setor de serviços o que mais empregou, somando 26.437 empregos, e o setor de serviços industriais de utilidade pública o que menos empregou, somando 657 postos de trabalho.

Ainda com relação à participação dos jovens nas ocupações formais, apresenta-se na tabela seguinte a distribuição deles por ramo de atividades. Desde já, ressalta-se a retração da participação desse segmento da população no mercado de trabalho no ano de 2017, quando se confronta com os dados de 2009.

Tabela 4 – Distribuição dos jovens de 25 a 29 anos nas atividades no ano de 2017

Setores de atividades econômicas	2017		Participação de Natal em relação ao RN
	Natal	RN	Natal/RN
Extrativa mineral	48	1.067	4,50
Indústria de transformação	3.505	9.948	35,23
Serviços industriais de utilidade pública	358	658	54,41
Construção civil	1.829	3.496	52,32

Comércio	10.588	24.328	43,52
Serviços	20.486	31.215	65,63
Administração pública	3.510	11.728	29,93
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	76	2.806	2,71
TOTAL	40.400	85.246	47,39

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração do Projeto “A dinâmica sócio-ocupacional do mercado de trabalho na cidade do Natal”.

Assim, no ano de 2017, distanciando-se da realidade identificada no ano de 2009, a participação dos jovens no tocante ao emprego na cidade do Natal – com relação ao RN – foi de 47,39%. Na relação Natal/RN, o setor com maior participação relativa na faixa etária analisada foi o de serviços (65,63%) e o de menor participação foi o de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, com 2,71%.

No geral, pode-se depreender que, em Natal, houve uma redução na quantidade de empregos e na participação do segmento juvenil, comparando ao ano de 2009. No total, identificaram-se 40.400 empregos distribuídos nos distintos setores, sendo o setor de serviços identificado como aquele que mais ocupou, com 20.486 empregos, e o setor de extrativa mineral o que menos ocupou (48 empregos).

No RN, também se constatou certa retração nas ocupações e na participação dos jovens no mercado de trabalho com relação ao ano de 2009. Detectaram-se 85.246 empregos, sendo o setor de serviços o que mais empregou (31.215), e o de serviços industriais de utilidade pública o que menos ocupou, com 658 empregos. No RN e em Natal, afirma-se que houve encolhimento da participação de trabalhadores na faixa etária entre 25 a 29 anos no mercado de trabalho com registro em carteira.

Em termos de rendimentos do trabalho, essa população empregada, referenciando-se nos dados do RAIS nos anos de 2009 e 2017, recebe as menores remunerações. A média dos rendimentos brutos variou entre 1,01 a 1,50 salário mínimo, identificando, inclusive, salários abaixo de 1 mínimo. Cabe salientar que a média desses rendimentos permanece na realidade potiguar, ainda que tenha ocorrido certa alteração no volume das ocupações devido ao processo contínuo de reestruturação do capital.

Em suma, a diminuição da população juvenil no emprego formal parece refletir a conjuntura recessiva pela qual passa o Brasil, o que provoca efeito direto no mercado de trabalho a partir do aumento dos desligamentos. Esse resultado negativo, conseqüentemente, rebate nas condições de vida e no empobrecimento da classe trabalhadora, que passa a ter grande dificuldade de permanência nos empregos, como afirma uma jovem trabalhadora:

Eu trabalhava fazia 4 anos em uma construtora, eu trabalhava com carteira assinada e fui demitida porque Temer mudou a situação da carteira de trabalho. A empresa preferiu dar baixa nas carteiras para tentar contratar por prestação de serviço porque para ela a folha era muito alta e lá a situação já estava difícil. Eu passei muito sufoco né, sem poder comprar as minhas coisas, ficava me virando de tudo que era jeito para ganhar algum dinheiro, passei mais de um ano assim. Faz dois meses que consegui emprego em uma clínica de podologia, trabalho o dia todo e ganho um salário, é pouco, mas, o pior é ficar desempregada (ENTREVISTADA1).

A situação dessa jovem frente ao mercado de trabalho pode ser sinalizadora de uma vida de virações para garantir a posse de “algumas coisas”, como dito por ela. O tempo que passou entre o desemprego e as breves oportunidades de trabalho significou privações de natureza de foro íntimo e também dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, sobretudo em empregos que não signifiquem bicos e *freelancer*. Ganhar um salário mínimo, como dito, é muito pouco, mas ainda mais temeroso é amargar o desemprego.

Diga-se que a juventude vai se acomodando a um mercado de trabalho cada vez mais distante daquele referenciado no clássico modelo de contratação. Tornou-se comum se identificar, neste Estado, jovens trabalhando por meio de contratos alinhados com os aprovados pela Reforma Trabalhista, diga-se, flexíveis e por tempo determinado, embora com registro em carteira. Como diz uma entrevistada:

Eu trabalho como professora de inglês, é o meu segundo emprego, o outro era como professora também, mas não tinha carteira assinada. Eu trabalho nessa escola no projeto bilíngue faz 5 meses, leciono na educação infantil

e no ensino médio. Eu sou terceirizada, presto serviço para a escola e ganho 1 salário (ENTREVISTADA 2).

É interessante perceber que escolas de ensino básico, que comumente tinham o seu quadro docente recrutado por meio de seleção e contratos diretos, vêm aderindo ao estatuto da terceirização da atividade-fim. Aqui, ressalta-se o nível de vulnerabilidade ao desemprego dessa trabalhadora em relação à escola, isto porque ela não tem nenhum sentido de pertencimento e “filiação com a mesma”, para usar o termo de Castel (1999). O vínculo formal da trabalhadora é com a empresa que foi subcontratada pela escola, ainda que trabalhe na escola.

Essa tendência à flexibilização dos contratos toma conta como um todo do mercado de trabalho. No relato abaixo, tem-se a situação de uma trabalhadora de restaurante, que desabafa:

Eu trabalho em um bar com carteira assinada. Eu comecei a trabalhar com 15 anos, mas foi informal, com 18 tive o meu primeiro emprego com carteira assinada de barman, depois trabalhei alguns meses como sushiman, depois auxiliar de cozinha, sem carteira assinada e agora estou trabalhando como garçonete, de carteira assinada e ganho R\$ 850,00 fixo ao mês. Hoje eu tenho 25 anos. Aqui eu trabalho de quinta-feira à sábado, entro às 20 horas e geralmente saio às 7h00, algumas vezes faço hora extra e saio às 10h00 (ENTREVISTADA 3).

Aqui se chama a atenção para a trajetória de trabalho dessa jovem de 25 anos e que há dez anos transita entre situações de informalidade e trabalho intermitente. Essas experiências a colocam bem distante do emprego decente, defendido pela OIT. Não se sabe se será o caso dessa jovem, mas ela poderá correr o risco de passar toda a sua vida ativa sobrevivendo das experiências flexíveis de emprego.

Desta forma, pode-se afirmar que o segmento juvenil mergulha em uma crise de incerteza, instabilidade e vulnerabilidade. Essa fração da população vaga entre o desemprego, a informalidade e trabalhos de curta duração. Situação essa que, dada as devidas diferenças entre um momento histórico e outro, alinha-se com a existência da superpopulação relativa, que Marx (2006) classificou de população *flutuante, latente e estagnada*, e que se fez presente no processo de industrialização inglesa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou apresentar um cenário da realidade do mercado de trabalho no Rio Grande do Norte, e em particular na cidade do Natal, cujo intuito maior foi demarcar a situação do jovem, de faixa etária entre 25 a 29, na estrutura ocupacional. No momento, o Estado apresenta uma das maiores taxas de desemprego registradas no primeiro semestre de 2019, conforme dados da CAGED. Com efeito, amplia-se o emprego por conta própria e a informalidade.

No tocante à juventude empregada, identifica-se que ela é mais absorvida no setor de serviços e recebe remunerações que variam entre 1,01 a 1,50 salário mínimo. Contudo, chama-se a atenção para a questão da qualidade do emprego, assunto que ganha relevância no plano nacional, quando o Governo Federal, desde o ano de 2003, assumiu o compromisso de construir uma agenda nacional de trabalho decente para uma juventude trabalhadora, que tem assumido cada vez mais ocupações caracterizadas pela precariedade.

Não se deve esquecer que a natureza da qualidade do emprego é resultado de uma construção histórica. No caso do Brasil, o desenvolvimento do mercado de trabalho traz a marca da heterogeneidade, diversidade e complexidade, com destaque nas ocupações “atípicas”. Não obstante, as situações de subempregos tipificam o mercado de trabalho no País.

O desdobramento da ampliação dos contratos flexíveis e do subemprego, no que concerne aos vínculos empregatícios, tende a impulsionar cada vez mais uma sociedade marcada por uma desigualdade ainda mais exacerbada e por um trabalhador cada vez mais distante do emprego regular, normativo e com renda satisfatória.

4 REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social**: uma crônica do salário. Petropolis: Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6.ed. São Paulo: edições Loyola, 1996.

_____ **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo, dependência e marginalidade**: uma contribuição teórica (s.n.)

POCHMANN, Marcio. **O trabalho no Brasil pós-neoliberal**. Brasília: Liber livros, 2011.

REINECKE, Gerhard. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. In. POSTHUMA, Ana Caroline (org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT e MTE, São Paulo: Ed. 34, 1999.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VASSAPOLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.



SALES, Dias Ana Patrícia; SALES, Francisco José Lima. Terceirização e segregação dos trabalhadores. In: **Canto do Assum Preto**, Fortaleza: Edições UFC, 2018.

PESSOA, Zoraide Souza; DIAS, Ana Patrícia. O perfil sócio-ocupacional da Região Metropolitana de Natal: análise 2000 e 2010. In **Natal: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BARCELAR, Tânia. Reflexões sobre conjuntura socioeconômica.

In: www.sintepe.org.br/site/v1/index.php/component/content/article/89

SALES, Ana Patrícia Dias. **A terceirização e a maldição da precarização do trabalho**. In: cartapotiguar.com.br/2017/04/05.